Proposta de Emenda à Constituição n° 39, de 2012

Iniciativa: Senador Sergio Souza (MDB/PR), Senador Alfredo Nascimento (PL/AM), Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), Senador Alvaro Dias (PSDB/PR), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Ana Rita (PT/ES), Senador Armando Monteiro (PTB/PE), Senador Assis Gurgacz (PDT/RO), Senador Blairo Maggi (PL/MT), Senador Casildo Maldaner (MDB/SC), Senador Ciro Nogueira (PP/PI), Senador Eduardo Lopes (REPUBLICANOS/RJ), Senador Eduardo Suplicy (PT/SP), Senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), Senador Francisco Dornelles (PP/RJ), Senador Garibaldi Alves (MDB/RN), Senador Ivo Cassol (PP/RO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador João Ribeiro (PL/TO), Senador José Pimentel (PT/CE), Senadora Lídice da Mata (PSB/BA), Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Ricardo Ferraço (MDB/ES), Senador Romero Jucá (MDB/RR), Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), Senador Vicentinho Alves (PL/TO), Senador Walter Pinheiro (PT/BA), Senador Wellington Dias (PT/PI) e outros

Ementa:

Altera o art. 132 da Constituição Federal, para incluir os procuradores e advogados públicos das autarquias e fundações públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos regramentos constantes do caput do artigo.

Explicação da Ementa:

Acresce § 1º e renumera o atual parágrafo único como § 2º (modificando a sua redação), sendo as alterações referentes ao art. 132 da Constituição Federal, para estabelecer no § 1º que o comando constante do caput do mencionado artigo (Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas) se aplica aos procuradores e advogados que exerçam a representação judicial e o assessoramento jurídico das autarquias e fundações públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, cujas carreiras integrarão o sistema jurídico da Advocacia Pública; prevê no § 2º que a todos os procuradores e advogados públicos, referidos no mencionado artigo, é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho, após relatório circunstanciado das corregedorias.

Assunto: Administração Pública - Agentes Públicos

Data de Leitura: 11/07/2012

Tramitação encerrada

Decisão:	Arquivada ao final da Legislatura (art.	**Último local:**	-
Destino:	Ao arquivo	**Último estado:**	21/12/2018 - ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Matérias Relacionadas:

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 93 de 2013

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 3 de 2014

Proposta de Emenda à Constituição n° 39, de 2012

Matérias Relacionadas:

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania nº 4 de 2014

Despacho:

11/07/2012 (Despacho inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Jorge Afonso Argello (encerrado em 22/12/2014 - Fim de Legislatura)

Senador Alvaro Dias (encerrado em 04/12/2018 - Redistribuição)

TRAMITAÇÃO

21/12/2018 PLEN - Plenário do Senado Federal

Situação: ARQUIVADA AO FINAL DA LEGISLATURA

Ação: A proposição é arquivada ao final da legislatura, nos termos do § 1º do art. 332 do Regimento Interno.

21/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhada à SGM para providências relativas ao final de legislatura.

04/12/2018 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Devolvido pelo Senador Alvaro Dias, para redistribuição.

24/03/2015 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Alvaro Dias, para emitir relatório.

23/12/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2 de 2014.

01/08/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: A partir de 1º de agosto de 2014 os boletins de ação legislativa não mais serão impressos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2014, do Secretário-Geral da Mesa. As consultas sobre a tramitação da matéria devem ser realizadas diretamente no sistema eletrônico próprio.

29/05/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido relatório reformulado pelo Senador Gim, com voto favorável à Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que

TRAMITAÇÃO

apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

18/03/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Encaminhado ao Gabinete do Relator, Senador Gim, para reexame da matéria.

18/03/2014 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Na 7ª Reunião Extraordinária, nesta data, é realizada Audiência Pública destinada à instrução das PEC's nºs 17/2012 e 39/2012, conforme Requerimentos nºs 93, de 2013-CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço, 3, de 2014-CCJ, de iniciativa do Senador Pedro Simon, 4, de 2014-CCJ, de iniciativa do Senador Rodrigo Rollemberg, com a presença dos seguintes convidados: Antônio Guilherme Rodrigues de Oliveira, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores Municipais - ANPM; Marcos Vitório Stamm, Diretor-Presidente da Associação Brasileira de Advogados Públicos - ABRAP; Marcello Terto e Silva, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do DF - ANAPE; Paola Aires Corrêa Lima, Procuradora-Geral do Distrito Federal; e Paulo Roberto Basso, Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Institucionais do Estado do Rio Grande do Sul. Usam da palavra os Senadores Pedro Taques, Paulo Paim, Ricardo Ferraço, Inácio Arruda, Sérgio Souza e o Senador Vital do Rêgo, Presidente da CCJ.

18/12/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA

Ação: Na 82ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de pauta, para aguardar a realização de Audiência Pública em data oportuna, em virtude da aprovação do Requerimento nº 93, de 2013-CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço (Fls. 37 e 38).

18/12/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Juntei, às 11h, Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço, contrário à Proposta.

04/12/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Devolvido pela Senador Ana Rita às 12h45, sem manifestação.

27/11/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO

Ação: Na 71ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a Presidência concede vista à Senadora Ana Rita, nos termos regimentais. Matéria encaminhada ao Gabinete da Senadora.

25/11/2013 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

21/11/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

TRAMITAÇÃO

Ação: Recebido nesta Comissão, às 9 horas e 40 minutos, o relatório reformulado do Senador Gim Argello, com voto favorável à Proposta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

20/11/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido nesta Comissão, às 10 horas e 15 minutos, o relatório do Senador Gim Argello, com voto favorável à Proposta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

12/09/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Gim Argello, para emitir relatório.

12/07/2012 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Recebido nesta Comissão às 16 horas e 59 minutos.

Matéria aguardando distribuição.

11/07/2012 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Publicado no DSF Páginas 36131-36136

Publicado no DSF Páginas 36150

11/07/2012 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO

Ação: Este processo contém 07 (sete) folhas numeradas e rubricadas.

DOCUMENTOS

Texto inicial - PEC 39/2012

Data: 11/07/2012

Autor: Senador Sergio Souza (MDB/PR) e outros.

Local: null

Descrição/Ementa: Altera o art. 132 da Constituição Federal, para incluir os procuradores e advogados públicos das autarquias e fundações públicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos regramentos constantes do caput do artigo.

Legislação citada

Data: 11/07/2012

Autor: -

Local: null

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 11/07/2012

Autor: -

Local: SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação Legislativa: Leitura.
À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Relatório Legislativo

Data: 20/11/2012

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido nesta Comissão, às 10 horas e 15 minutos, o relatório do Senador Gim Argello, com voto favorável à Proposta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Relatório Legislativo

Data: 21/11/2012

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido nesta Comissão, às 9 horas e 40 minutos, o relatório reformulado do Senador Gim Argello, com voto favorável à Proposta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

Voto em Separado

Data: 18/12/2013

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Juntei, às 11h, Voto em Separado do Senador Ricardo Ferraço, contrário à Proposta.

Requerimento.

Data: 18/12/2013

Autor: -

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Na 82ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, a matéria é retirada de pauta, para aguardar a realização de Audiência Pública em data oportuna, em virtude da aprovação do Requerimento nº 93, de 2013-CCJ, de iniciativa do Senador Ricardo Ferraço (Fls. 37 e 38).

Relatório Legislativo

Data: 29/05/2014

Autor: Senador Jorge Afonso Argello (PTB/DF)

Local: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação Legislativa: Recebido relatório reformulado pelo Senador Gim, com voto favorável à Proposta nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.